



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA



## PARECER

Ofício n. 0445 PMI/SMA/Superintendência de Contratos  
Itabira, 23 de setembro de 2015.

LEI Nº 8.666/93

Art. 22 (...)

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

### I - BREVE RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 38 da Lei 8.666, de 1993, na qual se requer análise jurídica da legalidade dos textos das minutas do Edital e do Contrato no procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública e de seus anexos.

Veio a esta Procuradoria Jurídica para análise e parecer sobre a possibilidade de contratação, pasta do **Processo PMI/SMA/SUCON Nº 123/2015- Concorrência Pública nº 06/2015** cujo objeto consiste na **“Contratação de empresa para execução de serviços destinados a Inteligência Administrativa, contemplando implantação, treinamento, suporte, manutenção, saneamento e consolidação do cadastro de “Sistema integrado de gestão da recuperação de ativos com saneamento e consolidação dos cadastros e controle integrado da cobrança”, sob a forma de licenciamento de uso temporário, visando a gestão integrada dos cadastros da dívida e da cobrança, sincronizando aos cadastros da administração, com todas as suas funcionalidades em ambiente WEB.**

Constam deste processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- a) Decreto nº 3.360 de 10 de agosto de 2015
- b) Decreto nº 2.320 de 31 de julho de 2014
- c) Requisição com a autorização das despesas pela JUCOF às fls. 13/14 destes autos.
- d) As despesas referentes a esta Concorrência Pública correrão por conta da **Dotação**

### Orçamentária:

Norma Maria de Oliveira  
OAB/MG 35.889

emitida da Prefeitura Municipal de Itabira por norma.oliveira





## II-DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A licitação em análise, Concorrência, trata-se da contratação de empresa para execução de serviços destinados a Inteligência administrativa, no valor estimado R\$ 1.438.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil reais. Valor mensal estimado: R\$ 119.833,33 (cento e dezenove mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

### NECESSIDADE DE JUSTIFICATIVA DETALHADA PARA A NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ORGANIZADAS EM CONSÓRCIO, BEM COMO COOPERATIVAS

Segundo consta no Edital, precisamente no item 2.2, é vedada a participação de consórcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras ou forma assemelhada.

Cabe à Administração Pública, que pretender a licitação, a faculdade de permitir ou não a participação de consórcios de empresas em cada certame específico. Entretanto, a proibição dessa participação deve ser registrada no Edital, que no caso em tela, ocorreu.

Embora conste no Edital, a proibição de participação de empresas consorciadas, entretanto, é necessário que se justifique tal decisão, que, de sobremaneira, pode representar perda da competitividade.

Em que pese ter a Administração Pública, a discricionariedade em permitir ou não, aos consorciados participarem em licitações, todavia, conforme Acórdão 2.831/2012, do Tribunal de Contas da União, este, confirmou o dever de a Administração motivar adequadamente a eventual opção pela não permissão de participação de consórcios em licitações.

Neste sentido, temos a seguinte decisão do Tribunal de Contas da União:

### TEOR DO ACÓRDÃO 2.831/2012- PLENÁRIO

O acórdão 2.831/2012 recebeu a seguinte ementa:

**"REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE CAUTELAR. POSSÍVEIS**

Norma Maria de Oliveira  
OAB/MG 35.889

Assessoria da Prefeitura Municipal de Itabira por norma.oliveira



IRREGULARIDADES EM LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E  
ALARGAMENTO DE PONTES RODOVIÁRIAS NA BR 429/RO. ACATAMENTO DAS  
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO DNIT. INDEFERIMENTO DA CAUTELAR.  
NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS E  
ECONÔMICAS MAIS ROBUSTAS QUANDO DA INADMISSÃO DE CONSÓRCIO DE  
EMPRESA,. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CIÊNCIA À AUTARQUIA (PLENÁRIO, REL.  
MIN. ANA ARRAES, DOU 17.10.2012)

### III - FUNDAMENTAÇÃO:

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a este órgão, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Ainda em sede inicial, é importante delimitar a principal legislação de regência que orientará a elaboração desta manifestação: Lei nº 8.666/93.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, Concorrência Pública.

Estabelece a lei de licitações e contratos que o objeto da licitação deve ser fracionado no maior número de parcelas técnica e economicamente possíveis, visando a uma maior competitividade e assim vantagem de contratação para a administração, desse modo, o art. 23, § 1º, da lei n. 8.666/93, assim dispõe:

§ 1º as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

Nesse quadrante, haverá a redução dos requisitos de habilitação, garantindo o acesso ao certame de mais empresas, ocasionando maior competitividade e redução dos preços. Esse é

Norma Maria de Oliveira  
OAB/MG 35.889

Assinada da Prefeitura Municipal de Itabira por norma.oliveira



também o entendimento da doutrina .

#### IV-DA JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA GESTORA PARA A CONTRATAÇÃO:

O Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Aloísio da Silva Moreira, justificou a contratação às fls. 11/12 destes autos, entretanto, não justificou a vedação de empresas sob a forma de consórcio, apenas afirmou a vedação dessas.

#### V-PUBLICAÇÃO NO SITE DA PREFEITURA

Pertinente ainda recomendar a divulgação do edital, seus resultados e contratos celebrados no site oficial da Prefeitura Municipal de Itabira, em consonância com o art. 8º, §1º, IV e §2º, da Lei nº 12.527/11.

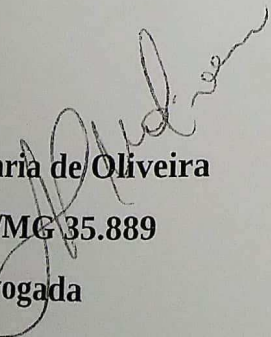
#### VI-CONCLUSÃO:

As despesas foram autorizadas pela JUCOF, às fls. 13/14 destes autos.

No Edital, ora em análise, encontram-se as garantias financeiras, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato.

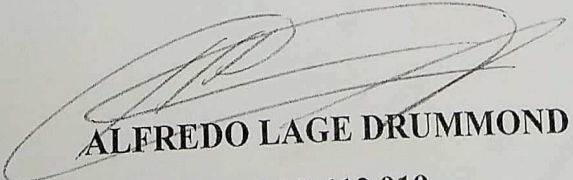
Tendo em vista que estão presentes todos os requisitos necessários para a modalidade de licitação escolhida, opina esta Procuradoria Geral pelo prosseguimento do feito, “**entretanto, como não se encontra nos autos a justificativa para exclusão de empresas consorciadas, a secretaria gestora deverá justificar essa exclusão**”.

Salvo embargo de posicionamento em contrário, é o parecer.

  
Norma Maria de Oliveira

OAB/MG 35.889

Advogada

  
ALFREDO LAGE DRUMMOND

OAB/MG 113.919

Procurador Geral do Município